

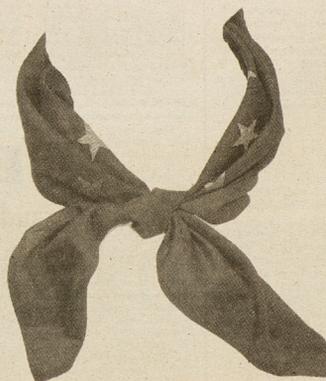
ALAVANCA 40^h

NO MARCHAR!

JORNADA EUROPEIA DE ACÇÃO EDITORIAL

TTTODOS

PELO EMPREGO
PELA EUROPA SOCIAL
CONTRA O RACISMO
E A XENOFOBIA



2 ABRIL 1993

A CGTP-IN está a promover uma forte mobilização em todos os distritos do país para as acções que integram a Jornada Europeia de 2 de Abril. Nesse dia haverá:

CONCENTRAÇÕES em Lisboa (Praça Luís de Camões, 17 h., juntamente com **Setúbal**); **Porto** (Praça Liberdade, 15,30); **Braga** (Av. Central, 16 h.); **Aveiro** (Praça Luís Ribeiro, S. João da Madeira, 15 h.); **Coimbra** (junto da delegação da MESS); **Funchal** (junto da Assembleia Regional, 18,30); **Portalegre** (R. Comércio, 15 h.); **Leiria** (junto Estátua do Papa, 18 h.); **Faro** (Largo do Tribunal Judicial, 16 h.); **Viana do Castelo** (Praça República, 15 h.); **Castelo Branco** (junto Centro de Saúde da Covilhã, 16 h.). **PLENÁRIOS, DESFILES E ESPECTÁCULOS** nas mesmas e em muitas outras localidades. **GREVES E PARALISAÇÕES** na tarde do dia 2 em grande número de sectores e empresas.

7º CONGRESSO
CGTP-IN
SAIU MAIS
UNIDA



Vamos agir

Approvados que foram os Estatutos e o Programa de Acção com as orientações para o mandato de 1993/96, o Movimento Sindical tem de fazer face à complexa situação que se vive em Portugal. O protesto está a subir de tom.

Hoje começa a ser claro que o «OÁSIS» de Braga de Macedo nunca existiu, não passou de «MIRAGEM» do Ministério das Finanças de Cavaco Silva.

O descalabro económico e social em que Portugal está põem a nu a incapacidade e irresponsabilidade com que este Governo tem dirigido o país.

Prender, como pretende o Governo pela voz deste Ministro das Finanças, descobrir culpados na crise internacional, ou no Banco de Portugal, ou nos aumentos salariais é, no mínimo, o acto de reconhecimento do fracasso que constitui a política seguida por Cavaco Silva.

Hoje, todos os portugueses sabem que a produção nacional estagnou, que se agravam os desequilíbrios com o exterior, que se verifica uma desactivação acelerada da agricultura e das pescas, que a produção industrial e o investimento estão a baixar, que há muitas empresas a encerrar, que, em nome dum neo-liberalismo exacerbado, se tem estado a desbratar todo o sector público ao serviço de interesses privados.

O agravamento do desemprego e o aumento dos despedimentos, as restrições salariais e a existência de um salário mínimo ridículo e insuficiente, a multiplicação de formas de trabalho precário e o trabalho infantil, a degradação que se verifica na saúde, os ataques aos direitos dos trabalhadores e o acentuar das desigualdades são algumas das consequências das opções políticas tomadas por este Governo, desde 1985.

O Movimento Sindical e os trabalhadores têm razão para lutar.

O nosso empenhamento nas acções que vão ter lugar nos tempos próximos, desde já no dia 2 de Abril, passando pelo 25 de Abril e 1.º de Maio, tem de ser grande.

As orientações e as opções estão definidas.

O 7.º Congresso foi claro. Os problemas existentes assim o exigem.

Saibamos, com grande discernimento e com grande firmeza agir nos momentos críticos.

Manuel Lopes

BREVES

Enviados a Vigo

Uma delegação da CGTP-IN assistiu aos trabalhos do 3º Congresso da Confederação Geral dos Trabalhadores Galegos (CXTG) que decorreu na cidade de Vigo nos dias 16 e 17 de Janeiro.

Integram a delegação Fernando Silva, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN, e Celestino Gonçalves, da Comissão Executiva da União de Sindicatos de Braga.

O Congresso debaterá a situação e os problemas que afectam os trabalhadores da Galiza, em especial o processo de integração na Convergência Internacional Galega (CIG).

Sindicalistas argelinos entre nós

A convite da CGTP-IN, uma delegação oficial da União Geral dos Trabalhadores Argelinos, conduzida pelo seu Secretário Geral, Abdelhak Benhamouda, visitou o nosso país entre 23 e 27 de Janeiro, no quadro das relações fraternais existentes entre as duas organizações.

Durante a sua estada em Portugal, os sindicalistas argelinos tiveram reuniões com a CGTP-IN, com a União de Sindicatos de Lisboa e com a Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás. Tiveram ainda oportunidade de visitar a empresa "Gás de Portugal".

Para além de A. Benhamouda, integram a delegação o secretário das relações internacionais, Mohamed Zaaf, o secretário de organização, Hamam Hahdi, e o secretário de finanças, Merzani Abdelali.

USO contacta

No dia 1 de Fevereiro, o secretário geral da Union Sindical Obrera de Espanha, Manuel Zaguirre, efectuou uma visita de contactos à CGTP-IN.

O sindicalista espanhol foi recebido pelo coordenador da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva, e por José Manuel Carinhãs, chefe do Departamento Internacional, com quem analisou o papel das duas organizações nos respectivos países e no seio do movimento sindical europeu.

A CGTP-IN e a USO reafirmaram igualmente a sua disponibilidade para aprofundar as relações bilaterais, no quadro da análise e da resolução dos problemas que afectam os trabalhadores portugueses e espanhóis.

Reformados discriminados

A Inter-Reformados reuniu o seu Conselho Nacional no passado dia 9 de Fevereiro, onde foi aprovada uma moção de repúdio pela política discriminatória seguida pelo Governo de Cavaco Silva em relação aos reformados portugueses.

As recentes alterações ao Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, diz o texto da moção, vêm piorar ainda mais a prestação da assistência aos idosos, impondo que regra "quem quer saúde, paga-a". Nada se faz para resolver os problemas de habitação para os idosos e o Governo continua a discriminar os reformados nos transportes públicos.

Pesar por Natália Correia

A Comissão Nacional de Mulheres da CGTP-IN expressou a família de Natália Correia e publicamente o seu "mais profundo pesar pelo falecimento da insigne escritora e mulher portuguesa".

Na nota que divulgou, a Comissão afirmou que "Natália Correia constituiu na defesa dos direitos de igualdade de oportunidades entre mulheres e homens e a sua participação activa na vida política e social representa o mais vivo exemplo de capacidade e determinação na continuidade dessa luta".

"A vida e obra de Natália Correia estarão sempre presentes na luta das mulheres portuguesas, independentemente do quadrante ideológico onde se colocarem", conclui a nota.

ALAVANCA FICHA TÉCNICA

Director: Manuel Lopes; Coordenação de Edição: Hermínio Fernandes; Redacção: Júlio Cardoso, Manuela Monteiro, Helena Policarpo e Gonçalves André; Fotografia: João Silva; Grafismo e Maquetagem: Cristina Albuquerque e Rui Pereira; Cartoons: Matos Serra; Propriedade: Edições 1 de Outubro; Tiragem: 52 000 exemplares; Composição, Montagem e Impressão: Héska Portuguesa, SÁ; Depósito Legal: 43077/91; Morada: R. Vítor Cordon, N.º 1, 2.º - 1294 Lisboa Codex; Telef: 347 21 81 - Fax: 347 21 89 - Telex: 13672; Conselho Editorial: Ulisses Garrido (USL), Vieira Mendes (USS), Humberto Costa (FSTP), Manuel Pisco (USS), Hórcio Marcelino (FSPICG) Maria Augusta (SEP).

ALAVANCA

INTERJÓVEM

Plenário Nacional defende mais intervenção

O Plenário Nacional da Interjovem, que reuniu em Aveiro, no passado dia 23 de Janeiro, preconizou o reforço da acção e mobilização dos jovens e uma mais eficaz denúncia pública das arbitrariedades patronais e da violação dos direitos dos jovens trabalhadores.

Nesta reunião em que estiveram presentes Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN, e Carlos Carvalho, membro do Conselho Nacional da confederação, abordou-se a situação social da juventude e discutiu-se o funcionamento da Interjovem e a participação dos jovens no 7º Congresso da CGTP-IN.

Os 120 jovens que lá participaram puseram em realce alguns aspectos que caracterizam negativamente a situação dos jovens portugueses. Constataram que a precariedade e o trabalho desnecessário estão a crescer de forma acelerada, da mesma maneira que a rotatividade ou polivalência nos postos de trabalho. Os despedimentos são gene-

ralizados e o desemprego aumenta. A chaga do trabalho infantil não só não é erradicada como mostra tendência para se agravar.

Nos locais de trabalho, vive-se uma situação de repressão e cortes nos prémios a activistas sindicais. Ai, os jovens são sujeitos a cargas horárias elevadas, o que não se reflecte nos salários, que continuam a ser baixos.

A ofensiva do patronato accentua-se, visando reduzir os direitos e regalias dos trabalhadores. É a tentativa de acabar com a semana inglesa no comércio. É o aumento real dos acidentes de trabalho, aliado à ineficiência da Inspeção Geral do Trabalho. São as infraestruturas sociais de apoio aos jovens que primam pela ausência. É a utilização de jovens no âmbito do Programa JOVIP como mão-de-obra barata. São os baixos salários do Programa VIA (35 contos) e a negação do direito a férias e dos subsídios de férias e de Natal, bem como do Estatuto dos Trabalhadores-Estudantes.

28 de Março Dia Nacional da Juventude

Por ocasião do Dia Nacional da Juventude, comemorado, como todos os anos, no dia 28 de Março, a Interjovem saúda calorosamente todos os jovens portugueses pela forma decidida e imaginativa com que têm sabido opor-se a uma política que, não só ignora os seus interesses e ansiosos, como viola os seus direitos fundamentais em matéria de emprego, ensino, habitação, saúde e formação profissional.

Com a sua acção, os jovens têm mostrado que não abdicam de participar na construção do futuro e que não aceitam políticas que comprometam esse mesmo futuro.

A Interjovem aproveita esta data para incentivar os jovens portugueses a não desistirem da sua luta por uma política para a juventude bem diferente da que tem sido seguida: uma política que promova o desenvolvimento, o emprego, o ensino, a formação profissional, a habitação e o respeito pelos seus direitos e que bana da sociedade fenómenos vergonhosos como o trabalho infantil e a precariedade de emprego.

MULHERES

Congresso saúda 8 de Março

De novo a comemoração. Em 8 de Março de cada ano a efeméride mas, mais que isso, a afirmação da importância e do papel substituído das Mulheres na luta pela transformação da sociedade, por um Portugal mais justo e mais fraterno, onde a igualdade de oportunidades seja direito continuado e partilhado.

8 de Março de 1993, quando a igualdade é, afinal, um imperativo social a todos os

níveis, quando os princípios, os direitos e as leis, por si só, não têm bastado. Porque incumpri-

ram, ora dirigindo, ora irmandados com os demais trabalhadores por objetivos mais amplos. É pela concretização da democracia que, aqui, afirmamos a nossa convicção de que as Mulheres, hoje como ontem, não só dirão PRESENTE na luta, como se empenharão no reforço da sua participação a todos os níveis da estrutura sindical.

É em defesa da democracia que não podemos deixar de condenar as políticas do Governo, lesivas das condições soci-

ais, económicas, políticas e culturais, indispensáveis para essa mesma igualdade.

É pela democracia, afinal, que comemoramos lutando e apelamos à vossa participação nas iniciativas e acções convocadas, para todo o mês de Março, pelo movimento sindical, em comemoração do Dia Internacional da Mulher.

É apostamos num futuro em que, cada vez mais, a participação ganhará corpo, a igualdade conquistará terreno.

Emprego feminino: tendências

As "Novas tendências do mercado de trabalho e o emprego feminino" foram objecto de debate no dia 18 de Março num hora-lisboa, por iniciativa do Centro de Formação Profissional e da Comissão Nacional de Mulheres da CGTP-IN.

Este debate inscreve-se no

quadro do Programa Comunitário NOW e teve como intervenientes Ana Vale, jurista e presidente do Lobby Europeu de Mulheres, Francisco Madeira, economista, Ilda Figueiredo, economista, e Rosa Maria Marques, engenheira e presidente do Conselho Directivo da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça, Maria Emília

Reis, da Comissão Executiva da CGTP-IN, foi moderadora.

Das intervenções e discussões por elas suscitadas é possível concluir que a igualdade no mundo do trabalho está ainda longe de ser uma realidade, embora de verdade fossem assinalados os avanços que tem havido no campo da igualdade de

oportunidades entre homens e mulheres.

O debate fez parte integrante da formação que 15 mulheres sindicalistas estão a receber durante três semanas. Esta acção de formação está a ser desenvolvida em colaboração com o Sindicato Comissões Obreras de Espanha e o FIODD de Itália.

REFORMADOS

No «De Caras» Peneda esteve de costas para os reformados

A presença do ministro do Emprego na RTP1, no programa "De Caras" de 2 de Fevereiro, pôs a nu a necessidade de ser alterada a estrutura daquele programa, se se pretende que o mesmo seja eficaz.

Na verdade, não faz sentido que se convidem organizações e individualidades para participarem no referido programa e depois não se lhes dê oportunidade para colocarem os seus problemas.

Para além desta questão de fundo, há que criticar também o vergonhoso comportamento do ministro que fugiu a todos os problemas que lhe foram colocados, respondendo com mentiras e generalidades.

Basta lembrar que, tendo ele próprio afirmado que os reformados portugueses inscritos na

Segurança Social são cerca de 2 milhões e 200 mil, afirmou a seguir que não se podia aumentar mais as pensões porque só um aumento de mil escudos na pensão mínima implicava um aumento de 30 milhões de contos!!! no orçamento da Segurança Social.

O ministro nada disse quanto à deficiente cobertura por parte do Orçamento do Estado dos regimes pouco ou nada contributivos para o pagamento da Segurança Social dos desvios dos dinheiros deste orçamento para financiar acções de natureza social, de promoção de emprego, de formação profissional, etc. que deveriam caber ao Orçamento do Estado e não ao da Segurança Social.

Nada disse quanto aos efeitos da precarização do emprego e do

emprego clandestino nas receitas da Segurança Social e pouco disse sobre o que o Governo está a fazer para a cobrança de quase 300 milhões de contos de dividas do patronato à Segurança Social.

O ministro mostrou-se mais preocupado com os trabalhadores que faltam por doença e com os azeitos que os médicos lhes usam, a justificá-los, tendo instituído um sistema de controlo dos actos médicos.

Atestado de incompetência

A situação de miséria em que sobrevive mais de um milhão de reformados e pensionistas, com pensões mínimas ou até abaixo das mínimas, é um atestado da incompetência do Governo do prof. Cavaco e da sua incapacidade para resolver os problemas desta cada vez

mais vasta camada da sociedade portuguesa.

Esta situação vai agravar-se ainda mais com o recente aumento dos medicamentos e com os novos impostos impostos pelo Governo para o Serviço Nacional de Saúde que terão como consequência que "quem quer saúde pague".

Como estamos longe da democracia de sucesso que nos prometem! Os reformados, pensionistas e idosos não podem consentir que, neste Ano Europeu do Idoso e da Solidariedade entre gerações, Portugal continue a ser o país europeu que dedica menor percentagem do PIB à resolução dos problemas desta camada da população e certamente irão mostrar ao Governo e ao PSD o seu descontentamento por esta situação.

Querem esvaziar a Segurança Social

O Governo aprovou já ou tem em preparação medidas no âmbito da Segurança Social cujo sentido é o de agravar a já deficiente protecção na invalidez, na velhice, no desemprego, e reduzir grandemente a acção social. Prepara-se também para despedir cerca de 5 mil trabalhadores do sector, mas a luta destes obrigou-o a recuar nos seus intentos. A CGTP-IN considera que não é com medidas atentatórias dos direitos dos beneficiários que o Governo resolve os problemas da Segurança Social, mas sim com medidas de fundo como a CGTP-IN há muito vem propondo. Os trabalhadores têm o direito de exigir uma boa gestão dos dinheiros que descontam e a participação dos sindicatos, enquanto seus representantes, na definição da política social. Têm o direito de exigir medidas que promovam alternativas ao actual sistema de financiamento.

As medidas que são propostas pelo Governo inscrevem-se na mesma lógica dos ataques à saúde e à educação. A argumentação de que a Segurança Social tem dificuldades financeiras apenas serve, na apreciação que a CGTP-IN faz, para justificar uma nova redução da responsabilidade social do Estado.

O problema é sobretudo grave se tivermos em conta que as transferências do Orçamento do Estado para a Segurança Social são diminuídas. Em 1993, representam apenas 7,3 por cento das suas receitas globais, embora seja de lei que é ao Orçamento do Estado que cabe pagar a acção social, os regimes contributivos e outras rubricas. A CGTP-IN recorda ainda que os dinheiros que os trabalhadores descontam são utilizados para financiar alegadas reestruturações de empresas e pagar acções de formação profissional.

O patronato deve à Segurança Social 300 milhões de contos, sem contar com os juros de mora.

A política de restrições no campo da Segurança Social, todavia, já vem de trás, como o comprovam os cortes orçamentais feitos aos centros regionais de Segurança Social. Em 1992, lembra a CGTP-IN, subsídios de doença e de desemprego estiveram várias vezes recitados pelo facto de as contas bancárias estarem a descoberto.

Retirar direitos aos trabalhadores

O objectivo central das propostas do Governo é o de extinguir ou privatizar um número crescente de serviços do sector e restringir ou anular direitos

fundamentais dos beneficiários. Essas restrições, caso se consummassem, teriam incidências muito graves nas pensões de reforma e invalidez, nos subsídios de doença e desemprego e na acção social.

Pensões de invalidez

No dia 19, o Governo publicou uma portaria que tem em vista confirmar ou não a subsistência da situação de incapacidade.

Preteende que os pensionistas com incapacidade permanente, estabelecida antes de 1 de Janeiro de 1988 ou no âmbito de reestruturações de empresas

ou de sectores, sejam submetidos a uma confirmação da situação de incapacidade.

O mesmo acontece com os que têm incapacidade parcial e que exercem cumulativamente uma actividade profissional.

A aplicação deste diploma pode causar graves problemas humanos e sociais aos pensionistas, porque pode transformar, de um momento para o outro, um pensionista num desempregado. Isto significa que quem tiver menos de 55 anos ficará sem qualquer meio de subsistência logo que se esgote o período de concessão do subsídio de desemprego.

Aos pensionistas com incapacidade parcial, declarados capazes para o trabalho e que tenham uma actividade remunerada, é-lhes retirada a pensão.

Pensões de reforma

O Governo quer aumentar de 62 para 65 anos a idade em que as mulheres podem requerer a passagem à reforma. Quer isto dizer que teriam de trabalhar mais três anos, em resultado de uma preocupação serdida do Governo em garantir a igualdade.



Pretende fazê-lo muito tempo depois de a CGTP-IN ter reivindicado que a idade de reforma seja de 62 anos para homens e mulheres.

A taxa de composição das pensões passaria, segundo a proposta do Governo, de 2,2 para 2 por cento por cada ano de contribuições. Se o tempo contabilizado é, hoje, os cinco melhores anos dos últimos 10, a intenção do Governo é que seja o 10 melhores dos últimos 15 anos. Por cada mês, é considerado 1/14 do rendimento anual e não 1/12 como hoje acontece. O Governo pretende ainda que, só ao fim de 40 anos de contribuições, as pensões de reforma atinjam o plafond máximo de 80 por cento do salário. Actualmente, é de 37 anos.

Não é assim que as pensões se aproximam gradualmente dos salários reais, como defende a CGTP-IN.

Doença

Recentemente, foram criados novos mecanismos de verificação das situações de doença natural. O ministro do Emprego e Segurança Social

começou por dizer que o número de baixas fraudulentas era assustador.

Não disse, porém, que sempre teve meios para fiscalizar e combater os abusos a que aludia.

Desemprego

Como grande novidade da sua política anti-social, o Governo avança a criação de um "serviço cívico" obrigatório para os desempregados.

Com esta medida, os desempregados passariam a ser utilizados para preencher postos de trabalho efectivos ou resolver gratuitamente problemas de falta de pessoal.

O objectivo final é o de embanestar a mão-de-obra. Independentemente das funções ou do local de exercício, o subsídio será o mesmo e o seu pagamento será suspenso a quem se recusar a prestar um tal "serviço cívico".

Ação social

Apesar dos maus exemplos conhecidos, o PSD insiste na política de privatização, obrigando as famílias a pagar 5 e 6 vezes o valor das pensões de reforma pela frequência de um lar muitas vezes degradado e sem quaisquer condições.

Os governantes descobriam, agora, as famílias de acolhimento para idosos, o que significava que muitos deles, isolados e sujeitos às condições que lhes serão impostas para viverem debaixo de telha, sejam transformados em "criados de servir".

QUEM PAGA A SEGURANÇA SOCIAL SOMOS NÓS

A Segurança Social é um instrumento para assegurar a protecção na doença, na invalidez, no desemprego, na velhice, na doença profissional e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

Para ter acesso aos direitos que concede, os trabalhadores têm que estar inscritos na Segurança Social e pagar 11 por cento, directamente, e 24 por cento, indirectamente, do seu salário mensal.

Em 1993, os trabalhadores vão descontar 1072 milhões de, valor que representa 90,2 por cento das receitas da Segurança Social. Por isso, a CGTP-IN entende que devemos todos lutar pela defesa da Segurança Social, pela eficácia e melhoria das prestações sociais e pensões.

O Governo anunciou medidas para o subsídio de doença e de desemprego, invocando que existe um recurso abusivo a estas prestações. O Orçamento da Segurança Social para 1993 prevê uma redução da despesa com estes subsídios, o que está em contradição com a evolução do desemprego.

Em Outubro passado, publicou uma diploma que estabelece um novo sistema de controlo das "baixas". No mesmo mês, publicou um despacho conjunto sobre medidas de promoção de emprego e de formação profissional em relação aos desempregados e de um maior controlo e fiscalização no pagamento do subsídio de desemprego.

Para acabar, no dia 8 de Fevereiro publica uma portaria que obriga os desempregados a prestar trabalho no âmbito de programas ocupacionais.

O Gabinete de Estudos da CGTP-IN analisou as medidas relativas ao subsídio de desemprego, confrontando-as com a evolução do desemprego.

1. Evolução do desemprego

O Governo pretende reduzir a despesa com o subsídio de desemprego num período em que se verifica a tendência para o aumento do desemprego. O número de desempregados inscritos nos centros de emprego cresceu 12,1 por cento entre Outubro de 1992 e Outubro de 1993. Por sua vez, as ofertas de emprego diminuíram 8,8 por cento no mesmo período. Em Outubro passado, o total de desempregados era de cerca de 325 mil. Em Dezembro,

Perante aumento do desemprego Governo pretende reduzir despesas

ascendia a 339 mil, segundo notícias publicadas na imprensa (Público, 1.2.93).

ANO	MILHARES	%
1992.....	325,0	12,1
1991.....	289,9	

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

Os dados do Instituto de Emprego e de Formação Profissional relativos a Outubro mostram um aumento do desemprego em todas as regiões do continente, sobretudo no Alentejo e Algarve.

Os dados do INE (Inquérito ao Emprego) relativos ao 4º trimestre de 1992, indicam um volume mais baixo de desem-

2. Evolução do subsídio de desemprego

"Tem-se verificado nos últimos anos um forte crescimento do número de desempregados abrangidos pelo subsídio de desemprego e da despesa com este subsídio. Estes dados contrariam a ideia de que a inexistência de desemprego. O que se tem passado é que a segurança social tem sido chamada a financiar os custos das reestruturações, sendo facilitado o acesso ao subsídio de desemprego. Este tem funcionado como uma "almofada" para os despedimentos.

3. Conteúdo das medidas tomadas

É neste contexto que o Governo determina medidas,

QUADRO 2
Movimento Regional em %
(Out.92/Out.93)

Desemprego	Ofertas emprego	
Norte.....	+17,3	+33,6
Centro.....	+3,1	-24,5
Lisboa e V. Tejo.....	+8,8	-35,5
Alentejo.....	+23,2	-44,2
Algarve.....	+17,1	-38,8
Regiões Autónomas.....	-1,4	+26,9

pregados mas mostram igualmente um agravamento do desemprego que passa de 185,4 mil no 3º trimestre para 203,1 mil no 4º trimestre.

que diz serem "moralizadoras", do acesso ao subsídio de desemprego. Em 10 de Outubro de 1992, é publicado um despacho conjunto (DR, II

Série) que, invocando a necessidade de "medidas activas de promoção de emprego e de formação profissional", visa sobretudo "combater as situações em que haja fortes indícios de obtenção incorrecta ou fraudulenta das prestações de desemprego". A 8 de Fevereiro publica uma portaria que obriga os desempregados a prestar trabalho no âmbito de programas ocupacionais.

A CGTP-IN não se opõe às medidas de apoio de promoção de emprego e de formação profissional. Pelo contrário, considera que os desempregados têm precisamente uma maior necessidade destas medidas. O que se estranha é que seja agora invocada a sua necessidade de exactamente quando se pretende reduzir a despesa com o subsídio de desemprego. Muito pouco de concreto, aliás, resulta da leitura daquela despacho conjunto, excepto no que respeita ao controlo e fiscalização dos CRSS no pagamento do subsídio de desemprego.

4. O "serviço cívico" para desempregados

Acaba de ser publicada uma portaria (Portaria 145/93 de 8 de Fevereiro) que regula aquilo que vinha sendo designado na imprensa como o "serviço cívico para desempregados".

Trata-se de uma matéria sensível em que o Governo, que tanto diz defender o diálogo social, uma vez mais não con-

sultou as organizações sindicais. Este diploma regulamente o Decreto-Lei 79-A/89 (regime legal do Subsídio de Desemprego) e prevê que os desempregados podem ser integrados em "programas ocupacionais organizados por entidades sem fins lucrativos, em benefício de colectividades e por razões de necessidade social ou colectiva" (artº 5).

Esta prestação de trabalho é obrigatória. Em caso de recusa, o desempregado perde direito ao subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego. Trata-se de um trabalho gratuito para as entidades empregadoras, já que o "salário" é o subsídio de desemprego, apenas lhe competindo "compensar o trabalhador por despesas de transporte e de alimentação".

A CGTP-IN opõe-se a que os desempregados possam vir a ser utilizados como um meio, aliás gratuito para as entidades empregadoras, de preencher postos de trabalho efectivos,

que correspondem a necessidades permanentes de mão-de-obra ou ainda resolver problemas de falta de pessoal (por exemplo nas escolas) com os trabalhadores desempregados.

Entende que os referidos programas ocupacionais se não contumam com a utilização de desempregados em trabalhos incompatíveis com as suas habilitações, formação, experiência profissional e ainda localização geográfica da residência de forma a não causar prejuízos ao desempregado e sua família.

Este diploma contempla expressamente estes requisitos. Mas não se trata de um risco meramente teórico. Há que uma coisa é o que se legisla e outra o que se pratica. Aliás, é do conhecimento da CGTP-IN que têm sido ocupados em trabalhos para a colectividade sem o preenchimento destas condições.

Maria do Carmo Tavares
Membro da Comissão Executiva

Publicado em "A Capital"

QUADRO 3

Beneficiários e despesa com o subsídio de desemprego		
Beneficiários	Despesa	Observações
Dez.	(milhões contos)	s/ benefic.
1993	50,7	
1992	11 504	Contínente, Agosto
1991	891 69	Contínente
1990	69 277	
1989	61 621	

Fonte: MESS, Anuário Estatístico da Segurança Social
MESS, Estatísticas da Segurança Social
Orçamentos da Segurança Social

Feito o retrato real do País, o 7.º Congresso aprovou uma resolução para a acção sindical imediata, que contém os cinco grandes objectivos que vão nortear a intervenção sindical dos próximos tempos e aponta os caminhos a seguir pela luta dos trabalhadores para resolver os gravíssimos problemas que afectam a sociedade portuguesa.

RESOLUÇÃO PARA A ACÇÃO SINDICAL IMEDIATA

1. O 7.º Congresso da CGTP-IN analisou em profundidade a situação social, tendo constatado a existência de problemas sociais gravíssimos na sociedade portuguesa. Os despedimentos em massa, a criação de excedentes, os baixos salários, os empregos precários e clandestinos, o trabalho infantil, o trabalho sem direitos, os horários de trabalho longos, o baixo nível das pensões de reforma, a degradação dos serviços de saúde, o elevado custo da habitação, os altos preços e as precárias condições dos transportes públicos, o aumento das tensões sociais, não são questões pontuais, mas constituem problemas sociais prementes que afectam a generalidade dos trabalhadores e a larga maioria da população.

2. O Congresso não se limitou a descrever a situação actual. Apontou causas e propôs medidas. Denunciou uma política económica governamental, suportada pelo patronato, que não leva ao desenvolvimento do país, antes está a conduzir à destruição do aparelho produtivo, à perpetuação do atraso e à alienação da soberania com pesados custos sociais.

3. O Congresso apreciou a acção colectiva dos trabalhadores, que têm resistido a esta política, assim como a disposição de continuar a lutar, alargando e intensificando este trabalho em torno de cinco grandes objectivos para a acção sindical imediata: o direito ao trabalho; salários justos; o trabalho com direitos; a redução da duração do trabalho; a melhoria da saúde e da segurança social.

4. A grave situação vivida com o aumento generalizado do desemprego em todos os sectores, em consequência da degradação do aparelho produtivo, afecta directamente a indústria e a agricultura e por arrastada-

mento todos os sectores económicos. A precaridade e a clandestinidade do emprego mantêm-se em níveis elevados o que é incompatível com a necessária qualificação da força de trabalho.

5. O Congresso adopta como objectivos imediatos: a luta pelo direito ao trabalho contra os despedimentos e a criação de excedentes, a luta pela estabilidade do emprego, aplicando o princípio de que a empregos permanentes devem corresponder contratos de trabalho permanentes, e a luta contra a destruição do aparelho produ-

Lutar por salários justos

6. A política de baixos salários e de imposição de tetos salariais como meios para aumentar a ineficácia da exploração dos trabalhadores é agravada em 1993, em que o Governo assume expressamente a redução do poder de compra dos salários.

7. O Congresso adopta como objectivos imediatos: a luta pela elevação dos salários, que tenham em conta o custo de vida, a produtividade, a necessidade de melhorar a repartição, do rendimento, e a aproximação à média comunitária; a redução da elevada carga fiscal que incide sobre os rendimentos do trabalho; a exigência da actualização do salário mínimo nacional, que deveria ter entrado em vigor em 1 de Janeiro de 1993.

Defender e alargar os direitos dos trabalhadores

8. O trabalho sem direitos constitui, hoje, uma realidade na sociedade portuguesa, situação que é incompatível com a dignificação do trabalho. As alterações verificadas na legislação de trabalho visando enfraquecer os direi-



tos dos trabalhadores, a precaridade de emprego, a repressão, a impunidade na violação pelo patronato dos direitos, constituem os principais factores responsáveis por esta situação.

9. O Congresso aponta como acção imediata a exigência, em todos os planos da acção sindical, do cumprimento da legalidade democrática, no respeito por todos os direitos, individuais e colectivos, dos trabalhadores.

Reduzir o tempo de trabalho

10. O Congresso salienta quer aspectos positivos (redução da duração semanal normal), quer negativos (aumento do tempo de deslocação para os empregos e crescimento das horas extraordinárias, que muitas vezes não são como tal consideradas); considera o facto de o Governo continuar a recusar-se a cumprir compromissos assumidos de forma a reduzir a duração semanal com o objectivo de alcançar as 40 horas.

11. Define como objectivo imediato prosseguir a luta pela redução do trabalho com vista a obter a semana máxima de 40 horas (com 8 horas diárias), como fase intermédia potenciadora de novas reduções, considerando que, a nível euro-

peu, está já na ordem do dia a semana de 35 horas.

Assegurar a segurança social

12. O Congresso considera que, na situação actual, existem maiores riscos sociais, pelo que importa consolidar e desenvolver a protecção social e não pô-la em causa como tem vindo a defender o Governo. A segurança social deve ser assegurada e melhorada e constitui um instrumento imprescindível para a protecção dos cidadãos na doença, velhice e invalidez, bem como no desemprego e outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho, tal como a Constituição preconiza.

13. Adopta como medidas prioritárias a elevação das pensões de reforma e a sua aproximação aos salários por via da melhoria da base de cálculo das pensões e a aproximação progressiva dos valores das pensões mínimas ao salário mínimo, a luta contra as medidas restritivas desencadeadas pelo Governo no acesso a prestações como o subsídio de doença e o de desemprego; o combate à elevação da idade de reforma das mulheres, a luta pela igualização imediata da idade de reforma para os 62 anos com a garantia de uma

reforma digna, e de continuar a defender o seu abastecimento progressivo.

Defender o direito à saúde

14. O Congresso denuncia a estratégia e a acção que o Governo tem vindo a aplicar na política de saúde com

REFORÇAR A UNIDADE, PROSSEGUIR E INTENSIFICAR A ACÇÃO SINDICAL

16. O Congresso denuncia e responsabiliza o Governo e o patronato pela situação económica e social que o país vive.

17. Saúde as lutas dos trabalhadores desenvolvidas nas empresas, nos sectores, nas regiões e as acções de carácter nacional capela aos trabalhadores para na unidade na acção em torno dos problemas concretos, reforçarem a sua organização, a sua luta por melhores condições de vida e de trabalho e o seu empenhamento nas acções de carácter nacional já anunciadas para o corrente mês, designadamente a manifestação de protesto no dia 20 de Março, em Lisboa, a Jornada Europeia de 2 de Abril, o 25 de Abril e o 1.º de Maio.

18. Exorta toda a estrutura sindical a dinamizar a

objectivo central de subverter a filosofia do Serviço Nacional de Saúde.

15. Adopta como medida prioritária na acção sindical imediata a luta por um serviço nacional de saúde geral, universal e gratuito, o que exige a luta contra o novo estatuto do SNS e suas medidas regulamentadoras, por subverter estes princípios.

mobilização e participação organizada de todos os trabalhadores, a partir dos locais de trabalho, de forma a garantir que o próximo 1.º de Maio seja uma grande jornada nacional de unidade e luta por uma política diferente e por uma alternativa democrática a este Governo.

A concretização destes objectivos reivindicativos imediatos implica a necessidade de aperfeiçoar e melhorar a organização sindical a todos os níveis. O empenhamento em torno destes objectivos contribuirá para continuar a afirmar a força e a vitalidade da CGTP-IN na luta pelas justas aspirações dos trabalhadores e pela satisfação das suas reivindicações, da afirmação da sua natureza de classe, de solidariedade, da democracia, da independência e da acção de massas.

O novo C

A nova C

O
gãos, c
um con
eleger
filiação
em dia
ção do
tutário
Mas
comfo
André
vença
assunt
gresso,
Declara
Objecti

O Preside
CGTP-IN



O novo Conselho Nacional com 127 membros, após a sua eleição



A nova Comissão Executiva eleita na primeira reunião do Conselho Nacional a 19 de Março

Aprovados novos Estatutos

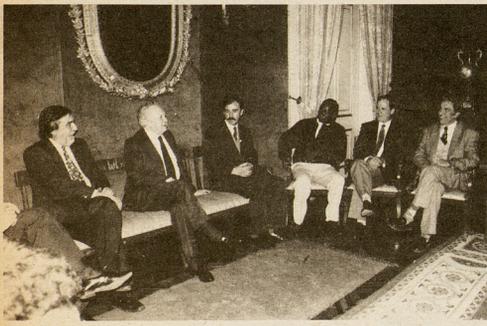
O 7.º Congresso aprovou alterações estatutárias significativas ao nível dos órgãos, com a introdução de um conselho fiscalizador a eleger de entre os sindicatos filiados com a quotização em dia e a institucionalização do secretariado como órgão de competências estatutariamente definidas.

Mas a grande novidade, conforme a classificou Américo Nunes na intervenção que fez sobre o assunto perante o Congresso, "é a inclusão de uma Declaração de Princípios e Objectivos Programáticos, cujo conteúdo, actualizado, desenvolvido e organizado de outra forma, correspondem ao essencial do Programa da CGTP-IN e ao Preamble e primeiros artigos dos Estatutos, aprovados no 3.º Congresso e inalterados desde então".

Nessa declaração, a CGTP-IN assume-se como "legítima herdeira das conquistas e continuadora da luta heróica dos trabalhadores portugueses e a sua identidade é definida a partir das raízes históricas, cultura e experiência sindical de sucessivas gerações de sindicalistas e trabalhadores portugueses e de todo o mundo

desde meados do século passado", afirmou aquele dirigente.

Os princípios da unidade, da democracia, da independência, do sindicalismo de massas, da solidariedade e o natureza de classe da CGTP-IN são reafirmados nos novos Estatutos e os seus conteúdos enriquecidos e explicitados à luz das transformações e dos desenvolvimentos ocorridos no mundo laboral e na sociedade. Desta forma, eles poderão ser "melhor compreendidos e aplicados por todos nós, na luta do presente e na construção do futuro".



O Presidente da República recebe em audiência delegações estrangeiras ao Congresso da CGTP-IN

O CONGRESSO REAFIRMOU OS VALORES DO SINDICALISMO

Os pontos dos relógios aproximavam-se das 18 horas de sábado, 6 de Março, quando Manuel Carvalho da Silva subiu à tribuna para, em nome do Conselho Nacional eleito, fazer o balanço dos trabalhos do VII Congresso da CGTP-IN. Chegavam ao fim três dias de árduo trabalho e de acenos debates, que culminaram a rica fase de preparação do congresso. O entusiasmo mantinha-se o mesmo.

Ovacionado pelos quase 1050 delegados presentes, o dirigente da CGTP-IN proclamou: "O Congresso confirmou os valores do sindicalismo, confirmou que o sindicalismo é indispensável às transformações sociais, que o sindicalismo tem futuro".

Segundo ele, a CGTP-IN saiu forte e mais unida deste Congresso, "ao contrário do que diziam e previam os nossos detractores", e a aprovação unânime da Proposta de Programa de Acção, facto inédito num congresso da CGTP-IN, foi por Carvalho da Silva apresentada como um facto "revelador do espírito de classe que nos anima a todos". Nos debates efectuados e nas dezenas de propostas de emenda apresentadas, os interesses dos trabalhadores sempre foram postos à frente de tudo, como referiu.

Quadro difícil

A relevância deste aspecto só poderá ser justamente avaliada se se tiver em conta que o 7.º Congresso da CGTP-IN se realizou "num quadro difícil para os trabalhadores, que este ano sofreu uma violenta ofensiva patronal e governamental, e difícil também para a estrutura sindical no seu conjunto, devido às diferenças e até divergências de opinião que se verificaram na preparação e realização do Congresso".

No essencial, os delegados e dirigentes da CGTP-IN estiveram de acordo e disseram a uma só voz: "Queremos um Portugal democrático, desenvolvido, solidário e soberano, numa Europa que respeite a dimensão social, que promova o desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas, numa Europa política, democrática e solidária".

Não significa isso que os problemas tenham sido esquecidos. Pelo contrário, foram abertamente discutidos e as diferenças de pontos de vista claramente assumidas. Mas foi notória e geral a preocupação de "enfrentar os debates com um espírito construtivo, para tentar encontrar as soluções que melhor servissem o reforço do projecto colectivo que é a CGTP-IN", facto que foi analisado por Manuel Carvalho da Silva.

Retrato fiel

No Congresso, foram proferidas cerca de 150 intervenções, que constituíram, no conjunto, um retrato fiel do país concreto, da realidade que somos, vivos e actantes na situação económica e social. Os delegados retrataram, com efeito, as muitas e variadas situações que os trabalhadores defrontam a dia e deram conta da intensa actividade desenvolvida pelos seus sindicatos.

Demonstraram cabalmente que o desalace económico e social em que o país está mergulhado, devido à política do Governo, chegou a tal ponto que os seus mais directos responsáveis, como é o caso do ministro das Finanças, se preocupam mais em descobrir "culpados" do que em reconhecer o fracasso da política por ele seguida. A "culpa" é por eles atribuída ora à crise internacional, ora ao Banco de Portugal, ora aos aumentos salariais.

A estagnação da produção nacional e o aumento das importações, agravando os desequilíbrios com o exterior, a liquidação acelerada da agricultura e das pescas; a diminuição da produção industrial e a queda do investimento; o encerramento de empresas; o aumento dos encargos financeiros das empresas e do Estado são alguns dos aspectos que os congressistas fixaram como responsáveis pela actual situação económica.

Em consequência disso, o desemprego agrava-se e aumentam os despedimentos. São impostas restrições aos aumentos salariais, surgindo, neste domínio, como um escândalo o facto de não ter sido fixado ainda o valor do aumento mínimo para 1993. Multiplicam-se as formas de trabalho precário e pouco ou nada se faz para erradicar a vergonha do trabalho infantil. Degrada-se a situação da saúde. Recrudescem os ataques aos direitos sindicais dos trabalhadores. Acentuam-se as desigualdades e alastram os fenómenos de exclusão social.

Preparar alternativas

"Para quem esteve atento ao que aqui se disse, é mais fácil compreender por que a CGTP-IN tem denunciado os efeitos da política económica e social do Governo e por que a CGTP-IN se tem empenhado e continua empenhada em lutar por uma nova política", afirmou Manuel Carvalho da Silva.

E qual é a nova política defendida pela CGTP-IN? O 7.º Congresso traçou-lhe os contornos.

A CGTP-IN luta e vai continuar a lutar pela construção de um Portugal democrático em que se concretize a intervenção popular, em que se respeite os direitos dos trabalhadores e se assegurem os

direitos e garantias socioeconómicas. Os trabalhadores querem um Portugal em que a democracia não se esgote no exercício dos direitos formais e afirmam.

A CGTP-IN luta e vai continuar a lutar pela construção dum Portugal desenvolvido, baseado nas riquezas, recursos e potencialidades nacionais, aproveitando e valorizando a força de trabalho, assegurando o emprego, a reestruturação e modernização do aparelho produtivo e da Administração Pública, que ponha cobro à desertificação do interior, que respeite os equilíbrios ecológicos e promova um desenvolvimento regional equilibrado.

A CGTP-IN luta e vai continuar a lutar por um Portugal soberano, que garanta o progresso social, que ponha cobro aos preocupantes fenómenos da exclusão social, do trabalho infantil e da precarização das relações de trabalho, que dignifique o Homem em toda a sua dimensão.

A CGTP-IN luta e vai continuar a lutar por um Portugal soberano, que assegure os interesses nacionais no processo da integração comunitária, nomeadamente no que respeita à coesão económica e social, e que promova uma política de cooperação e de paz com todos os povos do mundo.

Os trabalhadores não baixam os braços

Trata-se, como se infere do balanço feito por Carvalho da Silva, de continuar a fazer frente à ofensiva patronal e governamental levada à cabo nos últimos anos. Apesar da sua ferocidade, "os trabalhadores e o seu movimento sindical não baixaram os braços", disse.

A sua luta conseguiu assegurar a melhoria dos salários reais em cada um dos últimos três anos; manter os direitos conquistados através da contratação colectiva; evitar muitos despedimentos e a eliminação de postos de trabalho.

A luta dos trabalhadores obrigou o patronato a respeitar os seus direitos. Conseguiu levar à redução dos horários de trabalho em muitos sectores e empresas. Conseguiu limitar os aspectos mais gravosos da revisão da legislação de trabalho. Conseguiu assegurar uma intervenção cada vez mais prestigiada ao movimento sindical em todos os sectores da vida nacional.

O prosseguir e intensificar da luta dará o suporte político necessário alternativa política.

O Congresso traçou as orientações. "Agora é necessário levá-las à prática com determinação", declarou ainda o dirigente da CGTP-IN, acrescentando que há que evoluir sem inflexões de rumo.

Emprego precário atinge mais de 4 mil enfermeiros

O Governo continua a manter em situação de emprego precário por cima de 4 mil enfermeiros, embora existam mais de 9,5 mil lugares por preencher nos quadros de pessoal de enfermagem das instituições de saúde. Muitos deles estão há anos nessa situação.

Esses enfermeiros são admitidos pelas instituições mediante contrato a termo ou recibo verde em grande parte dos casos, como se os serviços prestados, que correspondem a verdadeiras necessidades permanentes das instituições, fossem trabalho independente e liberal. Ficam assim privados de direitos e regras que teriam se estivessem no quadro, nomeadamente em matéria de suplementos e segurança social.

Em causa está, segundo o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, a não aplicação de uma cláusula da Carreira de Enfermagem que estatui que "os enfermeiros podem ser contratados mediante contrato administrativo de provimento, enquanto se verificar a carência de enfermeiros a nível nacional".

O Governo entende incorretamente que a aplicação deste procedimento legislativo deve ser condicionada à existência de quotas anuais de descongelamento de vagas. Tal interpretação é absurda, pois, segundo diz a lei, tais descongelamentos são feitos de acordo com as necessidades dos serviços.

Calçado apertado... no controlo

Algumas empresas do sector do Calçado estão a proibir ou limitar o acesso às casas de banho. Muitas outras impuseram um sistema de relógio de ponto para controlar as idas às "privadas" e chegam a proceder a descontos nos salários aos trabalhadores que se atrevem a satisfazer as suas necessidades fisiológicas.

A denúncia foi feita, nomeadamente através de comunicação à imprensa, pelo Sindicato dos Operários da Indústria de Calçado, Malas e Afins dos Distritos de Aveiro e Coimbra.

Para o sindicato, estas situações são "repugnantes, absurdas e intoleráveis", pelo que os responsáveis governamentais deverão pôr-lhe termo imediato.

Estas atitudes põem em causa a dignidade da pessoa humana e deixam sequelas. Diversas queixas foram apresentadas no Sindicato a algumas trabalhadoras ou alguns trabalhadores tiveram baixa médica por não suportarem esperar que o horário de trabalho acabasse para fazerem as suas necessidades.

Privatização do STCP A carreira dos atropelos

A privatização parcial do STCP, além de acarretar sérios prejuízos para os utentes, arrasta consigo o drama social e humano dos trabalhadores que têm estado sujeitos a todo o género de pressões e ameaças.

Segundo a União de Sindicatos do Porto, a instauração de um clima persecutório dentro da empresa não se pode desligar da intenção de privatizar outras fatias da empresa.

Primeiro, foi o Decreto-Lei nº 208/92, de 2 de Outubro, que permite a subconcessão a operadores privados das carreiras que ultrapassam o limite urbano da cidade do Porto.

Agora, é a instauração de um processo disciplinar a elementos da Comissão de Trabalhadores por alegado abuso de competências na marcação de um plenário.

Ao pensar na privatização, o Conselho de Gerência do STCP cuida, primeiro, de reduzir postos de trabalho, através das rescisões ditas por mútuo acordo e da criação de uma lista de excedentários, ao que consta bastante longa.

Enfim, é feita de muitos atropelos a carreira que tem como término a privatização.

2.º Encontro sobre migração

Nos dias 2 e 3 de Março, a CGTP-IP promoveu no Auditório da Câmara Municipal da Amadora o 2º Encontro sobre Migrações, iniciativa que teve o apoio do Conselho Económico e Social da CEE e da Câmara Municipal da Amadora.

A temática do Encontro esteve centrada nos problemas da emigração e da imigração, do racismo e da xenofobia e nele participaram representantes do Presidente da República, dos emigrantes portugueses na Suíça, França e Luxemburgo, da UGT, das confederações sindicais da Guiné Bissau, Cabo Verde e Brasil e do Comité Económico e Social da CEE.

A realização deste encontro foi extremamente oportuna, atendendo ao facto de coincidir com o anúncio feito pelo Governo de que iria ser publicada a nova legislação que vai reger a entrada, a permanência e a saída dos estrangeiros em Portugal. Além disso, decorreu poucos dias antes de terminar o prazo de legalização extraordinária, em que a CGTP-IP teve papel relevante e unanimemente reconhecido.



Trabalhadores da Saúde com contrato a prazo: greve e concentração no dia 2

A situação no sector da saúde está a ficar insustentável, devido ao elevado índice de precariedade de vínculos laborais que nele se verifica. Numerosos serviços encontram-se, no todo ou em parte importante, assegurados por trabalhadores contratados a termo certo, recibos verdes, "apalavrados" e todo o tipo de situações precárias, o que tem evidentes reflexos negativos no funcionamento e eficácia de uma área tão sensível.

Como até à data não se vislumbra qualquer solução satisfatória por parte do Governo, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública emitiu um pré-aviso de greve que abrange as 24 horas do dia 2 de Abril e cobre todos os trabalhadores nas circunstâncias descritas que, nesse mesmo dia, se concentrarão junto do ministério da tutela.

O actual quadro legal existente na Administração Pública obriga a que os trabalhadores contratados a termo certo não possam, a partir do prazo de um ano, ver renovado o seu contrato de trabalho.

A inexistência de uma política de gestão de recursos humanos na Administração Pública conduz a que a generalidade das instituições públicas lancem mão da contratação precária para satisfazer necessidades permanentes dos serviços, subvertendo, assim, a filosofia da legislação em vigor e, por outro lado, contribuindo para a instabilidade e desmotação dos profissionais.

Greve na CP Só a arbitrariedade do Governo funcionou

A greve de 24 horas que os trabalhadores ferroviários cumpriram no dia 22 de Março contra aumentos salariais de 5 por cento e pela defesa dos seus postos de trabalho e carreiras conheceu uma adesão quase total. Sitou-se acima dos 85 por cento.

"Dos que foram ao local de trabalho, a esmagadora maioria não foi de livre vontade mas pressionada", conforme disse aos jornalistas José Manuel Oliveira, da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores ferroviários.

Com efeito, cerca de dois mil quadros receberam uma carta a convocá-los para trabalharem no dia da greve e a ameaçá-los com sanções disciplinares, caso não comparecessem.

Trata-se de uma interpretação abusiva feita da lei da greve, no que respeita à prestação dos serviços mínimos. Nesse caso, foram seguramente serviços máximos.

Não obstante isso, só as linhas suburbanas registaram algum movimento. A paralisação foi praticamente completa nos transportes de longo e médio curso e de mercadorias. É caso para dizer que só funcionou a arbitrariedade do Governo.

MARCONI: uma semana de greves

As greves parciais levadas a efeito pelos trabalhadores da Marconi durante a semana de 8 a 14 de Março registaram grandes níveis de adesão. O direito ao trabalho e ao regresso à empresa de todos os trabalhadores que a administração da empresa enviou ilegalmente para casa, o repúdio pela aplicação de 5 por cento de aumento por acto de gestão e a exigência da negociação efectiva dos salários para 1993 são os objectivos centrais que determinaram a marcação dessas greves.

Os trabalhadores lutam também pelo saneamento das empresas do grupo Marconi que não tenham viabilidade económica.

Na estação de Cabos de Sesimbra e na Central Telefónica, primeiros locais onde houve greve, a adesão foi, no primeiro dia, de 100 e 70 por cento, respectivamente. Foi dentro destes valores que se situaram os níveis de adesão das restantes greves, nomeadamente na Lisboa e na dependência de Sintra.

TAP-Air Portugal adere a Jornada Europeia

Os trabalhadores da TAP-Air Portugal vão parar das 12:30 às 14:30 horas do próximo dia 2 de Abril, aderindo assim à Jornada Europeia de Acção convocada pela CES e pelas duas confederações sindicais portuguesas para esse dia.

Fazem-no por entenderem que a aplicação do processo de liberalização do transporte aéreo na Europa é responsável pela grave situação que o sector atravessa, em especial porque não foram tomadas medidas que impedissem a concorrência selvagem que actualmente se verifica.

O pré-aviso de greve é subscrito por 14 sindicatos do sector e ainda pela FESVTRU e pela Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal.

Construção, madeiras e mármore Greves em perspectiva

O sector da Construção, Madeiras e Mármore vai paralisar no segundo período de trabalho no dia 2 de Abril, solidarizando-se com a Jornada Europeia de Acção que nesse dia decorre, e anuncia ainda paralisações dos trabalhadores da construção e obras públicas e madeiras na última hora de cada sexta-feira a partir do dia 16 do mesmo mês.

Os principais objectivos que presidirão à marcação destas paralisações são a melhoria dos salários reais e a redução do horário semanal de trabalho. Em termos mais gerais, destinam-se também a lutar pela promoção dos direitos sociais - saúde, segurança social, direitos e liberdades sindicais - e contra o racismo e a xenofobia e todas as formas de discriminação e exclusão social.

Habitação

Cavaco reconheceu fracasso da sua política

“As medidas anunciadas por Cavaco Silva para combater as barracas na zona de Lisboa e Porto constituem, bem vistas as coisas, a confissão do fracasso da política do Governo para esta área. A CGTP-IN não vê uma interpretação possível para a súbita mudança de atitude do Governo.”

Com efeito, os problemas da habitação são, de há muito, dos maiores problemas de índole social com que Portugal se debate.

A questão da habitação em Portugal atingiu proporções

alarmantes que levou a que vários intervenientes na sociedade e técnicos se unissem ao longo de meses e fizessem o chamado “Livro Branco sobre a Política de habitação” e se tivesse realizado o Encontro Nacional de Habitação, em 11 e 12 de Fevereiro, p.p. A CGTP-IN fez parte da sua comissão organizadora, tendo aliado importante contribuído na denúncia da grave situação que se vive em Portugal e na apresentação de um conjunto de propostas ao Governo para desobstar a situação.

Diz o “Livro Branco” que o défice habitacional é de cerca de

500 mil fogos, no que respeita a famílias que não dispõem de uma habitação adequada, ou seja, as que vivem em barracas e outros alojamentos precários, e de mais 270 mil fogos que necessitam de obras urgentes e de muito para poderem ter condições de habitabilidade.

O Governo vem agora dizer que o seu objectivo é acabar com as barracas em Lisboa e Porto. Esquece-se, porém, de dizer em quanto tempo o tenciona fazer: em 1, 5, 10, 20, 40 anos?

Por outro lado, insiste na sua obsessão de transferir para as autarquias responsabilidades

que são da administração central, logo, suas.

A CGTP-IN acha legítimo perguntar se o Governo também transfere os meios necessários e não apenas os problemas, como tem sido hábito.

Recorda também que os problemas de habitação não se confinam à eliminação das barracas de Lisboa e Porto, embora este seja um problema que exige resolução urgente. É que os preços das rendas de casa e de construção tornam incompatíveis para a maioria dos trabalhadores e das camadas mais jovens o acesso à habitação.

Portugal não pode ser sociedade anónima

A ofensiva privatizadora está a ter gravíssimos reflexos na economia nacional, conforme denunciaram os representantes das empresas do Sector Empresarial do Estado, na sequência da reunião que efectuaram no passado dia 11 de Março na sede da CGTP-IN.

“O Governo — diz o comunicado final da reunião — quer transformar este país em sociedade anónima sem aparelho produtivo, dominado econó-

mica e politicamente pelos grandes grupos económicos estrangeiros e pelos antigos grupos de antes do 25 de Abril, sem que os direitos sociais fundamentais (Saúde, Segurança Social, Ensino, Transportes, etc.) estejam garantidos”.

As ORT’s concluíram que é um imperativo nacional parar e inverter esta política de leilão do património colectivo do povo português e pôr cobro à ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e das popula-

A ofensiva cavauquista não tem paralelo na Europa, acusam os representantes do SEE, recordando, por exemplo, que a “própria direita francesa não pôde privatizar-se sectores importantes para a Economia, como as Telecomunicações, os Transportes Ferroviários e a Electricidade, entre outros”.

Essa loucura privatizadora é acompanhada de tentativas de retirar direitos, pôr em causa os postos de trabalho e reduzir os salários reais, o que é causa

directa do recrudescimento das lutas e conflitos laborais em empresas como a Marconi, Sidenergia (greve dia 19), CP e TAP (greve dia 22), UIC e Rodoviária do Tejo, ambas saídas da RN (greve das 17 e 18 horas todas as quartas-feiras), Solipor, Portugal e Indústria naval (greve dia 18).

Os trabalhadores do SEE participaram também na Jornada de Luta de 20 de Março e vão integrar as acções inseridas na Jornada Europeia de Acção de 2 de Abril.



Sector naval em luta.

Os trabalhadores das empresas do sector naval (Lisnave, Solisnor/Setenave, Eni e Lisnico) saíram à rua no dia 18 de Março para defender os seus direitos, em especial o direito ao trabalho e à segurança no emprego.

A concentração que efectuaram em frente da residência oficial do Primeiro-Ministro foi grandiosa. O sector naval já teve cerca de 30 mil trabalhadores. Agora tem pouco mais de 9 mil. No entanto, notícias vindas a público dizem que o grupo Mello se prepara para atirar para o desemprego mais cerca de 4 mil.

Florival Lança:

«A Expo-98 não é incompatível com as indústrias»

A realização da Expo-98 na zona oriental de Lisboa não é responsável directa pela destruição de mais de 15 postos de trabalho ocorrida nos últimos anos, mas não pode constituir factor que leve ao desaparecimento dos 10 mil que ainda restam ou parte deles. O desajustado que este projecto, vantajoso em termos de valorização daquela zona, contribuiu antes para a criação de novos postos de trabalho que na fase da sua instalação, quer da sua realização, quer ainda, e fundamentalmente, depois do seu encerramento.

“Se se disser ou há exposição ou há lixo, estamos de acordo. Mas já não aceitamos que se ponha em alternativa que ou há Expo-98 ou há fabricas. Uma coisa não implica a outra. Nós entendemos que não é incompatível a realização da Expo com a presen-

ça das indústrias ali existentes”. É desta forma que os sindicatos e CGTP-IN colocam a questão, como nos disse Florival Lança, coordenador do União de Sindicatos de Lisboa, que tem encaixado as negociações com os responsáveis do projecto.

A CGTP-IN deu o seu acordo de princípio à realização em Portugal da Exposição Internacional de 1998, “por se tratar de um projecto de valorização de uma zona fortemente empobrecida mas que tem grandes potencialidades, visto que se trata de uma zona ribeirinha bastante extensa, e nenhuma cidade se pode dar ao luxo de ter uma zona que está praticamente votada a imensos depósitos de lixo”.

A Expo-98 pode ser um projecto vantajoso não só para a cidade de Lisboa, como um todo, mas por o próprio país, “desde que seja bem estruturado e aproveitado”.

Reserva e dívida

Trata-se de um acordo dado com uma importante reserva e uma dívida legítima: “Os interesses sociais da zona devem ser salvaguardados. Primeiro, os dos trabalhadores que vão estar envolvidos na construção do projecto e, segundo, os daqueles que já laboram em unidades da zona”. Este é o sentido.

“A dívida que temos - afirma Florival Lança - é se, em Portugal, com as carências básicas que são de todos conhecidos, um projecto desta envergadura, que envolve centenas de milhões de contos, é ou não uma prioridade. Poderia, por exemplo, aplicar-se tais verbas na reabilitação do aparelho produtivo, na resolução do gravíssimo problema da habitação naquela zona toda, de alguns proble-

mas de acessibilidade ou de transportes, de problemas da Saúde, etc.”.

Mas a opção está tomada e o que importa, desde já garantir a continuidade nas proximidades do espaço da Expo-98 daquela que é ainda “a maior zona industrial da área metropolitana de Lisboa” e salvaguardar os cerca de 10 postos de trabalho que ali existem.

Os sindicatos estão atentos e dispostos a defender, caso a caso, os postos de trabalho, com as contrapropostas normais nestes processos, “algumas visando mesmo a valorização das próprias empresas”, no âmbito mais geral da Expo-98. A USL promoveu já um primeiro encontro de ORT’s da zona e o seu coordenador garante que “este trabalho de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores com vista à manutenção dos seus postos de trabalho vai continuar”.

USP exige para o Vale do Sousa os mesmos apoios previstos para o Vale do Ave

A atribuição ao Vale do Sousa do mesmo tipo de apoios e incentivos previstos para o Vale do Ave foi a principal exigência assumida durante um debate sobre o futuro daquela região, recentemente organizado pela União de Sindicatos do Porto em Felgueiras.

Esta iniciativa contou com a presença de Júlio Faria, presidente daquele município e da Associação de Municípios do Vale do Sousa.

Grande parte dos trabalhos foi dominada pela caracterização da situação vivida na região, particularmente em cinco dos seis concelhos que integra, a saber: Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel. Todos eles apresentam traços comuns em termos de povoamento, de emprego muito jovem, pouco qualificado e mal pago, com uma estrutura empresarial onde pontificam as pequenas e médias empresas. Os sectores de actividade afins dominam são os têxteis, calçado, vestuário, madeiras e mobiliário.

São, como facilmente se pode verificar, os sectores que estão em piores condições para resistir ao impacto da criação do mercado interno, quer pela escassa modernização das empresas quer pela débil organização empresarial. A isto junta-se a falta de serviços virados para a comercialização directa, o marketing e a melhoria da qualidade.

Por isso, os participantes concluíram ser necessário criar mecanismos que favoreçam a modernização, a reestruturação e a diversificação industrial e instalar estruturas de comercialização directa e de valorização da produção.

A USP reivindicou, especificamente, a inclusão no programa ou operação integrada de desenvolvimento do Vale do Sousa das propostas referenciadas e decorrentes da caracterização feita, quer na área das actividades económicas e do emprego, quer nas infraestruturas de transportes e comunicações, ambiente e saneamento básico e equipamentos colectivos (educação, formação profissional, saúde, segurança social e cultura).

Esta reivindicação justifica-se, pois é do conhecimento público que, entre 1985 e 1991, o nível do emprego cresceu 73 por cento, passando de 37.521 para 65.003, o que transformou uma zona de características rurais numa zona industrial, embora com o predomínio de pequenas e muito pequenas empresas.

Aduanheiros desempregados e não compensados

Muitos trabalhadores aduanheiros ainda não receberam qual-quer compensação, nem salários, nem subsídio de desemprego, nem qualquer indemnização por parte das entidades patronais, nem tão-pouco a compensação da Segurança Social prevista pelo decreto nº 25/93. A denúncia é feita pelo Sindicato dos Trabalhadores Aduanheiros em Despachantes e Empresas (STADE), que lamenta que isso aconteça mais de um mês depois de ter sido publicado o referido diploma e depois de a grande maioria dos trabalhadores aduanheiros ter passado para a situação de desemprego.

O sindicato apenas tem informações de que foi constituída uma comissão para estudar a aplicabilidade da legislação, mas que ainda não chegou a nenhuma conclusão.

O Governo produziu um mau decreto e mesmo assim sem quaisquer efeitos práticos, acusa o STADE. Segundo a sua direcção, “não é minimamente admissível que nesta altura ainda não existam directrizes para os centros regionais de Segurança Social, não existam formulários nem minutos para requerer as comparticipações a pagar pelo Estado”.

Crime recompensado

O crime compensado. Da lista de 212 empresas onde se detectaram casos de trabalho infantil, elaborada pela Inspeção-Geral de Trabalho, o Ministério da Justiça apenas permitiu que fosse denunciado o nome de 25.

O Ministério da Justiça decidiu não fazer publicar o nome das empresas utilizadoras de mão de obra infantil que pagaram voluntariamente a multa aplicada por esse crime. Apenas o nome das 25 empresas que foram condenadas em tribunal foi denunciado no “Diário da República”.

“Sabê-se que o recurso a mão de obra barata de crianças pode compensar largamente o valor da multa aplicada. Por isso mesmo, existem outras penalizações complementares, entre as quais a denúncia das empresas no “Diário da República”. A decisão do Ministério da Justiça, pelo contrário, atenua a pena aos previantes do crime.”

Preços dos transportes sofrem novo agravamento

O Governo anunciou um aumento de 7 por cento nos preços dos transportes a partir de Março próximo, demonstrando um viés nos preços e várias medidas no sentido de respeito à política de rendimentos e preços, conforme denunciou a CGTP-IN, em comunicado à imprensa.

Em primeiro lugar, diz a CGTP-IN, esta actualização representa um agravamento das condições de vida, particularmente da população que vive com baixos rendimentos.

Se tivermos em conta o passe L123, verifica-se que passará de 5100800 para quase 5500800, o que representa um valor que não deixa de ser significativo em relação aos baixos salários que são praticados. Com efeito, um trabalhador que recebe o salário mínimo ainda em vigor (44.500800) paga mais de 11 por cento deste salário com o passe social.

A CGTP-IN denuncia, em segundo lugar, os vários preços e medidas usados pelo Governo em matéria de política de rendimentos e preços.

Quanto aos preços, determina aumentos que vão de 7 por cento nos transportes, passando por 8 por cento nas rendas de habitação, até 12 por cento nas rendas de habitação antigas.

Quanto aos salários, mantém por actualizar o valor do salário mínimo nacional, o que deveria ter acontecido em 1.º de Janeiro passado.

Jornada europeia de acção no dia 2 de Abril

JUNTOS PELO EMPREGO, PELA EUROPA SOCIAL, CONTRA O RACISMO E A XENOFOBIA

A CGTP-IN participa activamente na Jornada Europeia de Acção que a Confederação Europeia dos Sindicatos (CES) propôs ao movimento sindical europeu.

Desde a primeira hora assumiu os objectivos dessa acção, consciente de que a Europa e, em particular, Portugal estão confrontados com uma grave deterioração da situação económica e social.

A recessão económica alastra. A Europa social sofre atrasos e mais atrasos relativamente à integração económica. Em Portugal, a situação é ainda mais grave. Os baixos salários continuam a ser norma. O salário mínimo para 1993 teve um aumento que não foi aumento nenhum. Os valores das pensões de reforma e das prestações sociais são miseráveis. A degradação dos sistemas de saúde, segurança social, ensino, transportes e habitação constitui uma aposta do Governo Cavaco Silva.

O desemprego aumenta em flecha, atingindo, hoje, 11 por cento da população activa. As perspectivas para o futuro próximo no nosso país não são nada animadoras, sendo por isso necessário travar os despedimentos e as falências de empresas. É necessário que se opere uma mudança das políticas económicas e monetárias. Os trabalhadores deverão lutar pelo desenvolvimento económico e pela modernização do país.

A par disso, aumentam a exclusão social e as manifestações de racismo e de xenofobia. Recrudescem as formas

de discriminação, de desigualdade e de exclusão social. Portugal não está imune a estes fenómenos anti-sociais que se agravam em função do aumento do desemprego e da degradação da qualidade de vida.

A CGTP-IN, tal como os sindicatos europeus, entende que o desenvolvimento e o progresso social, associados a um elevado sentido de solidariedade, serão decisivos para travar este flagelo social, inaceitável em sociedades democráticas.

São estes os graves sintomas que a situação económica e social da Europa apresenta.

Mas as doenças tem causas que estão identificadas. Uma delas é a subalternização da dimensão social em todo o processo da construção europeia, em virtude de os interesses do grande capital se sobreporem a tudo o resto.

Para que seja possível alterar esta situação, impõe-se uma grande unidade na acção de todos os trabalhadores

europeus face à ofensiva que está desencadeada contra os seus direitos.

Por isso a CGTP-IN apoia sem reservas a realização de uma acção de massas no dia 2 de Abril e convida todos os trabalhadores do nosso país a integrar as acções que vão ser promovidas a nível de todo o país, com destaque para a grande concentração a realizar pelas 17 horas daquele dia na Praça Luís de Camões, em Lisboa.

Os objectivos gerais da Jornada são articulados com os objectivos nacionais de luta, pois os trabalhadores portugueses têm razões acrescidas para manifestarem o seu descontentamento.

Todos juntos faremos um Portugal melhor numa Europa que garanta o direito ao trabalho, assegure a coesão económica, harmonize os direitos sociais no progresso e erradique a exclusão social, o racismo e a xenofobia. É esta a convicção profunda da CGTP-IN.

OBJECTIVOS NACIONAIS

- contra o desemprego, pelo direito ao trabalho e a segurança no emprego
- pela melhoria real dos salários
- pela defesa e promoção dos direitos sociais: saúde, segurança social, direitos e liberdades sindicais
- pela solidariedade e contra as desigualdades e a injustiça social
- pela redução do horário de trabalho
- pelo desenvolvimento e modernização do país
- contra o racismo, a xenofobia e todas as formas de discriminação e exclusão social
- pelo 25 de Abril e pela paz.



No dia 20 de Março, os trabalhadores de Lisboa e Setúbal encheram, uma vez mais, as ruas da capital, desde a praça dos Restauradores à Praça da Figueira, protestando contra uma política que acentua as injustiças e cria novas exclusões sociais e insegurança. Foi novo momento alto na sua luta pelo direito ao emprego, por salários dignos, pelo direito à segurança Social, à Saúde, ao Ensino e contra o aumento dos bens e serviços, particularmente dos transportes. Os muitos milhares presentes aprovaram uma resolução em que reclamam uma política de emprego assente na prossecução e desenvolvimento da nossa indústria e da agricultura, com garantia do trabalho com direitos e exigem o fim imediato da política de excedentes e da desarticulação do aparelho administrativo na Função Pública. Decidiram também empenhar-se na valorização dos salários e nas negociações da contratação colectiva que se traduzem na melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

O salário mínimo não foi, de facto, aumentado

O valor agora, tarde e a más horas, o Governo fixou para o salário mínimo nacional — 47400\$000 —, o que equivale a um aumento de 6,5 por cento, é bem demonstrativo da profunda insensibilidade do Governo aos problemas sociais, designadamente em relação aos dos trabalhadores que têm menor nível de vida.

Com este valor, o salário mínimo não foi, de facto, aumentado, uma vez que os trabalhadores não passam a ter mais poder de

compra. Basta ter presente que a inflação, em 1992, foi de 9,5 por cento e que hoje está na casa dos 9 por cento, sem ter em conta as despesas com a habitação.

O salário mínimo não tem acompanhado, sequer, a evolução dos restantes salários, pelo que, com esta política, o Governo acentua as desigualdades salariais.

A CGTP-IN acusa ainda o Governo de ter atrasado propositalmente esta actualização, que vinha sendo reclamada desde Setembro do ano passado.